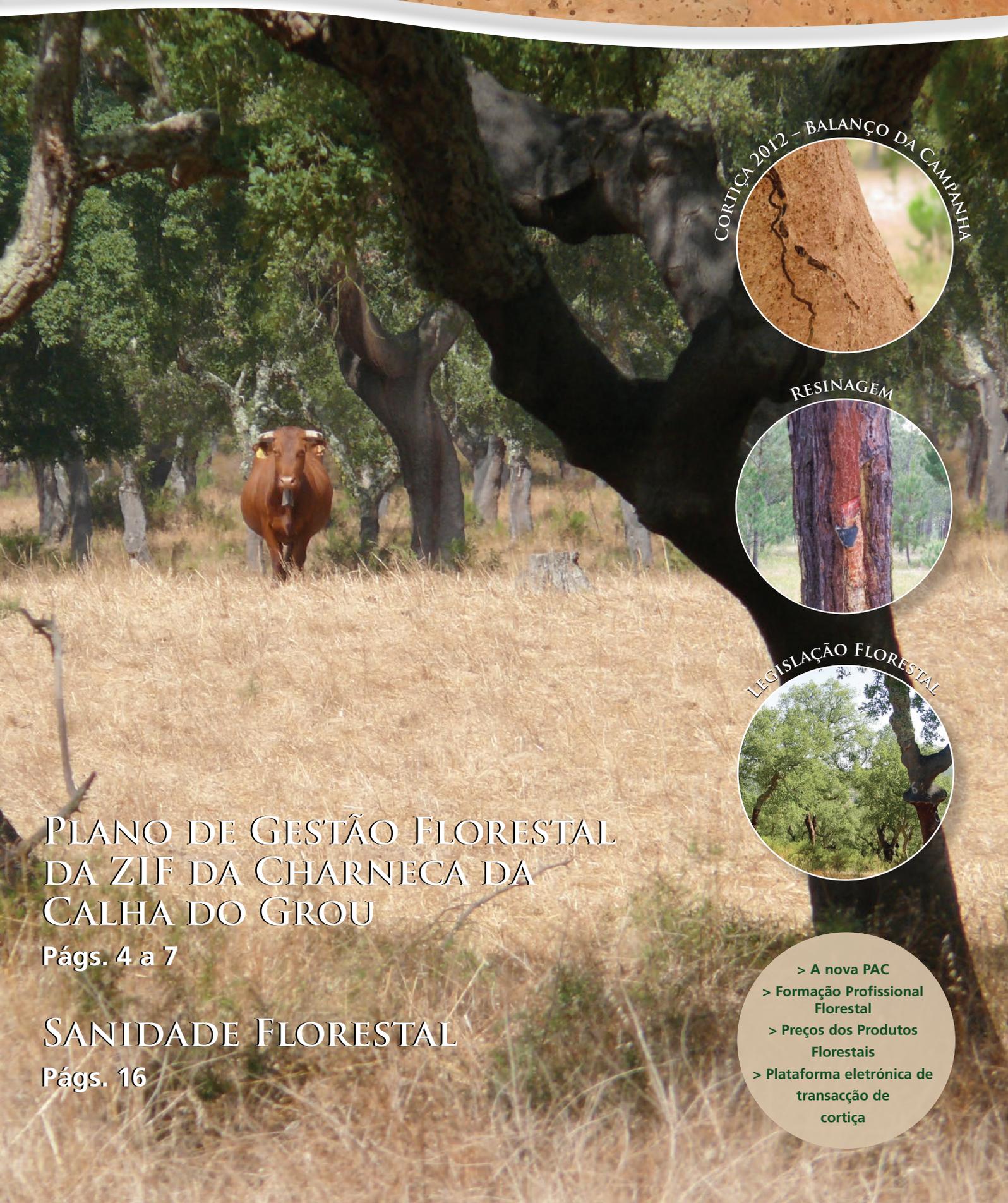




APFC

# informação 21

NOVEMBRO 2012



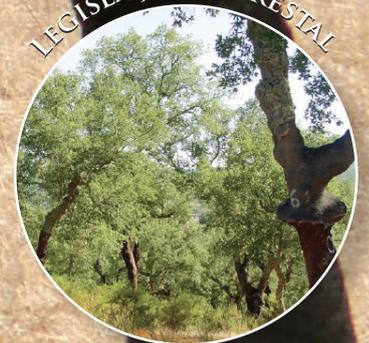
CORTIÇA 2012 – BALANÇO DA CAMPANHA



RESINAGEM



LEGISLAÇÃO FLORESTAL



## PLANO DE GESTÃO FLORESTAL DA ZIF DA CHARNECA DA CALHA DO GROU

Págs. 4 a 7

## SANIDADE FLORESTAL

Págs. 16

- > A nova PAC
- > Formação Profissional Florestal
- > Preços dos Produtos Florestais
- > Plataforma eletrónica de transacção de cortiça



## A NOVA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM E OS SISTEMAS AGRO-FLORESTAIS MEDITERRÂNICOS

### EDITORIAL

A Política Agrícola Comum para o período 2014-2020 tem como objetivo uma agricultura mais competitiva e sustentável em zonas rurais dinâmicas. Este propósito deverá ser atingido num quadro de produção alimentar viável, gestão sustentável dos recursos naturais e alterações climáticas e garantindo um desenvolvimento territorial integrado.

Os sistemas agro-florestais mediterrânicos, os montados de sobro e de azinho, e o pinhal manso, são o exemplo real e concreto do que esta política pretende atingir. Os montados extensivos, aproveitados em sistemas multifuncionais de cariz agro-silvo-pastoril e agro-silvo-ambiental, são uma parte maior do nosso território rural.

Explorados de modo sustentável, os montados cumprem os requisitos da condicionalidade associada à PAC uma vez que na sua maioria estão agregados a direitos de Regime do Pagamento Único (RPU), resultantes da integração nesse mesmo regime do prémio da extensificação da vaca aleitante e do prémio dos ovinos e caprinos.

Estes direitos caracterizam-se por terem valores muito baixos, no entanto a mesma exigência em termos de normas a cumprir que todos os outros direitos RPU. Esta situação decorre dos objetivos da PAC vigente cujo principal propósito foi o de compensar a perda de preço decorrente da liberalização do comércio internacional e da diminuição das barreiras alfandegárias no início do século XXI.

A nova PAC, para o período 2014-2020, pretende atingir outros objetivos através de um novo tipo de direitos. Estes novos direitos, o pagamento base (PB), serão ligados à exploração efetiva da terra e não ao histórico produtivo

das explorações. Pretende-se a criação de um pagamento base uniforme, remunerando os agricultores pela sua presença no território.

Os sistemas agro-florestais mediterrânicos, montados de sobro, montado de azinho e pinhal manso, têm uma ação determinante no combate às alterações climáticas, estando na primeira linha de resistência à desertificação e com uma larga cobertura espacial do território, sendo garante da abrangência e efetividade da nova política agrícola.

Os sistemas agro-florestais mediterrânicos são parte integrante do território agrícola nacional e como tal totalmente elegíveis no âmbito da nova PAC.

A nova PAC com base num pagamento único nacional vai originar uma redistribuição dos fundos agrícolas, mais equitativa em termos de valor médio por agricultor, do número de agricultores e da abrangência regional. Vai redistribuir de menos agricultores para mais agricultores e de um modo mais horizontal ao nível do território.

Por todas estas razões os sistemas agro-florestais mediterrânicos devem ser remunerados pela nova PAC e devem sê-lo desde o primeiro dia.

O País só tem a ganhar com esta nova realidade. A mudança do quadro permite também compensar os sectores penalizados, que os vai haver, delineando políticas efetivas de mitigação/ compensação no âmbito do 2º pilar relativo ao Desenvolvimento Rural.

A DIREÇÃO

### NESTA EDIÇÃO

03 | Plataforma de Transação de Cortiça  
10 | Campanha de Extração e Comercialização da cortiça no ano 2012  
13 | De volta à resinagem  
17 | Notícias do Grupo APFCertifica  
17 | Materiais Florestais de Reprodução

17 | Norma Nacional FSC Aprovada  
18 | Legislação de Arborização e Rearborização  
19 | Divulgação  
20 | Preços dos Produtos Florestais

## ZIF – ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL Projetos - Fundo Florestal Permanente (FFP)

A APFC apresentou em 2009, 5 candidaturas ao FFP para apoiar a criação e funcionamento das ZIF. Para as 3 ZIF mais recentes – Erra, Divor e Baixo Sorraia, as candidaturas tiveram como objetivo financiar todas as etapas necessárias à criação de uma ZIF, desde a constituição do núcleo fundador à apresentação do requerimento à Autoridade Florestal Nacional (atualmente ICNF), culminando com a criação das ZIF em despacho assinado pelo presidente da AFN.

Já nas duas ZIF constituídas há mais tempo – Charneca da Calha do Grou e Ribeiras da Lamarosa e Magos, o projeto teve como objetivo financiar as ações necessárias para elaboração do Plano Específico de Intervenção Florestal (PEIF) e do Plano de Gestão Florestal (PGF).

ZIF	DATA CRIAÇÃO ZIF	TIPO PROJETO	VALOR (€)	SITUAÇÃO
ZIF CHARNECA DA CALHA DO GROU (N.º 54)	29/01/2009	Funcionamento	86.641,98	Concluído
ZIF RIBEIRAS DA LAMAROSA E MAGOS (N.º 88)	07/10/2009	Funcionamento	114.638,85	Concluído
ZIF DA ERRA (N.º 131)	03/01/2011	Criação	42.933,01	Concluído
ZIF DO BAIXO SORRAIA (N.º 137)	26/01/2011	Criação	50.788,19	Concluído
ZIF DO DIVOR (N.º 139)	03/02/2011	Criação	50.788,19	Concluído

## Assembleias Gerais de Aderentes

Realizaram-se em Abril as Assembleias Gerais de Aderentes das 5 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) geridas pela APFC. Nestas reuniões foram apresentados os relatórios e contas de 2011 assim como o plano de atividades para 2012. Foram ainda aprovados os Planos Específicos de Intervenção Florestal (PEIF) para os primeiros 5 anos de funcionamento de cada uma das ZIF.

Em Agosto e Setembro de 2012 realizaram-se as Assembleias gerais da ZIF da Charneca da Calha do Grou e da ZIF das Ribeiras da Lamarosa e Magos para aprovação das versões finais dos respetivos Planos de Gestão Florestal, os quais também já se encontram aprovados pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Estas reuniões decorreram com uma reduzida presença dos produtores florestais aderentes, pelo que apelamos a uma maior participação nas próximas reuniões.

## Plataforma Electrónica de Transacção de Cortiça

Desde o dia 1 de Julho que é possível a qualquer produtor florestal consultar no site da APFC ([www.apfc.pt](http://www.apfc.pt)) o estado do mercado de transacções de cortiça, e divulgar as cortiças ainda não vendidas.

Com esta iniciativa pretendemos mais uma vez promover a transparência deste mercado e informar a Produção com dados ao nível dos preços de venda, quantidades, localização por concelhos e certificação FSC.

A plataforma permite também a divulgação aos industriais das cortiças por vender, estabelecendo posteriormente a APFC a ligação entre produtores e industriais, uma vez que a informação disponível on-line é estritamente confidencial.

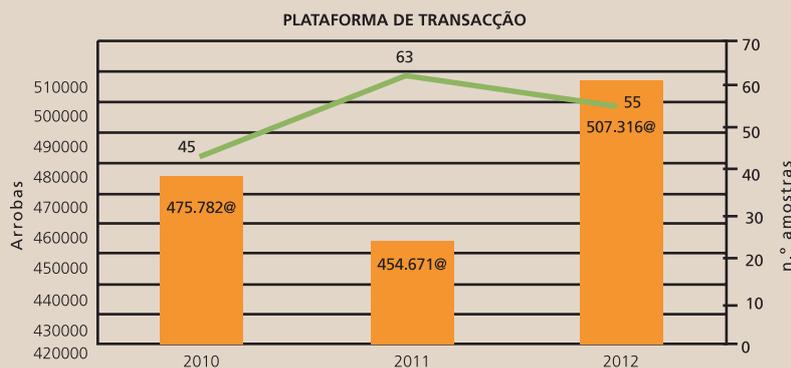


## Plataforma de Transacção de Cortiça

Vamos já na 3ª edição da Plataforma de Transacção de Cortiça, numa representatividade crescente ao nível da Produção. O stand da APFC na FICOR – Feira Internacional da Cortiça, contou este ano com a visita da senhora ministra da Agricultura, Ambiente, Mar e Ordenamento do Território.

Salientamos também que nesta edição da Plataforma estiveram presentes não só as amostras de associados da APFC, como também amostras de associados da ACHAR – Associação de Agricultores de Charneca e da AFLOSOR - Associação de Produtores Florestais da Região da Ponte de Sor, num total de 507.000 @.

À data de edição deste boletim, 99% da cortiça presente na Plataforma de Transacção já se encontra vendida, representando a cortiça certificada 41% da quantidade total das vendas. O preço médio de transacção foi de 25,1€/@.





# PLANOS DE GESTÃO

## ZIF DA CHARNECA DA CALHA

Foi entregue na Autoridade Florestal Nacional (AFN) no início de Julho o Plano de Gestão Florestal da ZIF da Charneca da Calha do Grou.

Trata-se de um plano de cariz regional, ao nível da bacia hidrográfica, que tem por base a expectativa de que em grupo se alcançam mais eficazmente parte dos objetivos estabelecidos, nomeadamente em termos de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Proteção contra Pragas e Doenças.

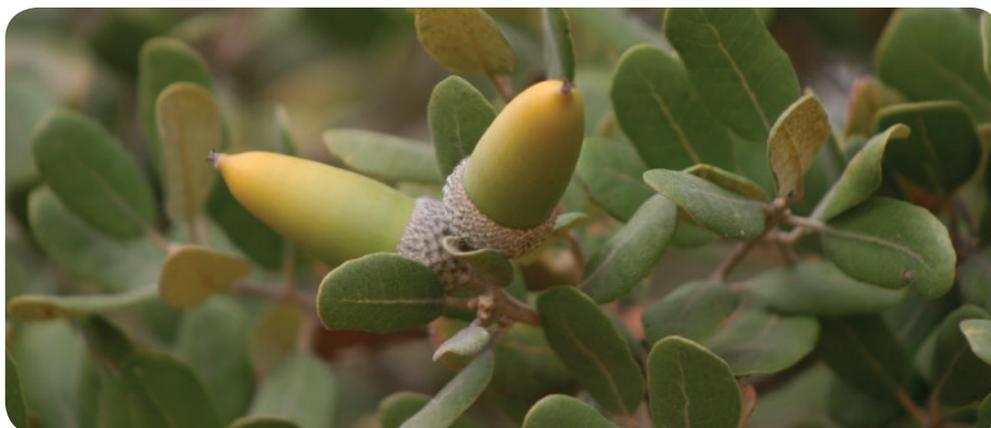
Este plano visa dotar a ZIF da Charneca da Calha do Grou das ferramentas de gestão mais atuais para atingir os seguintes objetivos:

1. Proteger a floresta contra incêndios, pragas e doenças florestais;
2. Conhecer e proteger os valores naturais dos ecossistemas existentes;
3. Delinear modelos de gestão que articulem as principais funcionalidades - Produção x Silvopastorícia e Caça x Proteção;
4. Garantir a monitorização futura destes espaços florestais.

O Plano de Gestão Florestal compreende três componentes principais, são elas:

1. Documento de avaliação constituído por um diagnóstico da situação atual e o respetivo enquadramento territorial e social;
2. Planeamento da gestão florestal constituído pelos modelos de exploração de recursos não lenhosos e da produção lenhosa, bem como dos serviços associados no curto e longo prazo;
3. Cartografia de enquadramento da ZIF da Charneca da Calha do Grou, e de delineamento das operações florestais.

Do diagnóstico da situação atual destaca-se a caracterização da ocupação florestal, verificando-se que o sobreiro é a espécie dominante surgindo em povoamentos puros ou mistos com resinosas (pinheiro bravo e manso). Considerando apenas os povoamentos puros, a segunda espécie mais abundante é o eucalipto, com 15%.





# FLORESTAL DO GROU

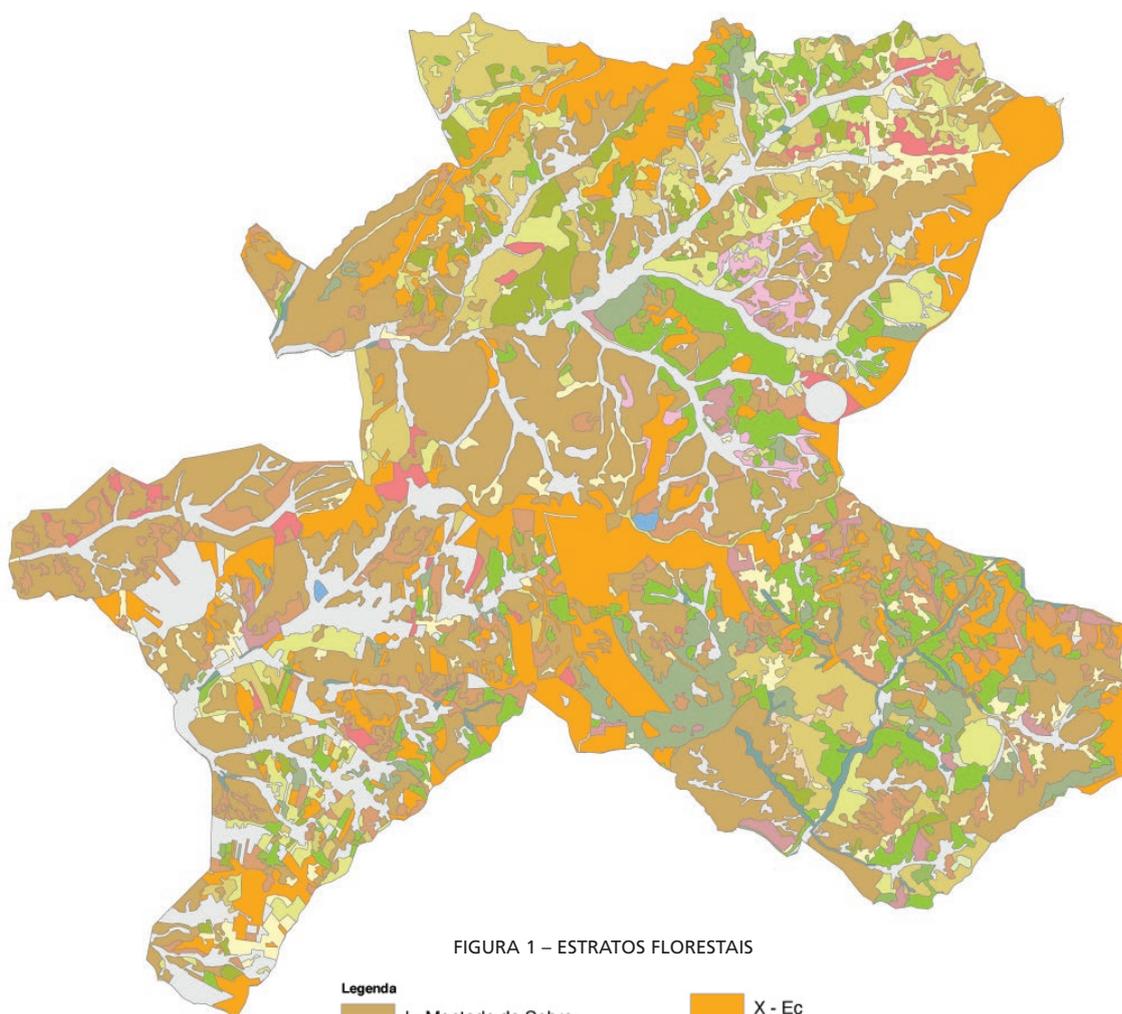


FIGURA 1 – ESTRATOS FLORESTAIS

**Legenda**

- |   |   |
|---|---|
|  I - Montado de Sobre          |  X - Ec                                    |
|  II - SbxPmxPb                 |  XI - Pm jovem                             |
|  III - Montado de Sobre Aberto |  XII - Sb jovem                            |
|  IV - Pb                       |  XIII - SbxPm jovem                        |
|  V - Pm                        |  XIV - PmxSb jovem                         |
|  VI - PmxSb                    |  XV - GR                                   |
|  VII - PbxSb                   |  XVI - Azinheira                           |
|  VIII - PbxPm                  |  XVII - Espaços Florestais não Arborizados |
|  IX - PmxPb                    |  Outra ocupação                            |





# PLANOS DE GESTÃO

## ZIF DA CHARNECA DA CALHA

Para caracterização dos povoamentos foi realizado inventário florestal por parcelas de amostragem (149 parcelas distribuídas pelos diferentes tipos de povoamento florestal). Estes dados permitiram calcular densidades, grau de coberto de sobreiro e áreas basais médias para cada estrato florestal identificado.

	ESTRATO	DENSIDADE MÉDIA (N.º ÁRV/HA)	GRAU DE COBERTO SOBREIRO (%)	ÁREA BASAL (M <sup>2</sup> /HA)
I	SB	99	25	7,5
II	SB X PM X PB	106	18	6,9
III	SB ABERTO	83	20	8,9
IV	PB	109	22	13,8
V	PM	82	9	8,0
VI	SB X PM	94	25	8,7
X	EC	436	27	11,5
	TOTAL:	167	21	8,7

### Funcionalidade Produção

#### Produção de Cortiça

Os principais problemas identificados nas áreas de montado são o reduzido grau de coberto, uma estrutura etária muito concentrada nas classes produtivas (PAP\* entre 0,70 e 1,30 m) e pouca regeneração natural, o que dificulta a manutenção futura quer do grau de coberto atual, quer da produtividade de cortiça.

#### Produção de madeira

A produção de madeira na ZIF é assegurada pelos povoamentos de pinheiro bravo e de eucalipto. O pinheiro bravo nesta ZIF sofreu um decréscimo na sua área de ocupação, com a implementação de medidas de combate ao Nemátodo da Madeira do Pinheiro, em 2007 foram cortados todos os pinheiros numa Faixa de contenção fitossanitária, e no ano 2011/12 foram abatidos todos os pinheiros com sintomas localizados em áreas aderentes no interior da ZIF (7687 ha). Nas amostras de lenho realizadas nesta ZIF a taxa de infeção com NMP foi de 69%.

Relativamente ao eucaliptal, com base nos dados recolhidos estima-se uma área superior a 750 ha, com eucaliptais em fim de rotação e que carecem de nova instalação no médio prazo.

### Funcionalidade Proteção

**A identificação de áreas onde a principal função é a proteção teve por base dois aspetos:**

**Proteção contra incêndios** – A área da ZIF foi analisada ao nível da paisagem tendo em vista a avaliação do potencial de propagação do fogo e a capacidade de supressão dos meios de combate, tendo sido definidas Zonas Estratégicas de Gestão de Combustíveis (ZEGC) – locais geridos com o objetivo principal da defesa da floresta contra incêndios. A implementação destas infraestruturas estratégicas, irá permitir apoiar o combate a incêndios florestais com propagação associada a condições meteorológicas extremas, diretamente com métodos manuais e água, contribuindo para diminuir o potencial de grandes áreas ardidas.

Nas ZEGC, as alterações à gestão atual são a abertura e manutenção das faixas estratégicas de gestão de combustível, com recurso a grade de discos e a corta matos, com uma largura de 30 a 50 metros em redor dos campos agrícolas e de 50 a 100 metros nas áreas florestais.

**Proteção contra a erosão** – Foram analisadas as zonas de erosão de acordo com a hidrografia e as classes de declive superior a 15%. As Zonas Sensíveis à Erosão foram posteriormente analisadas em função do tipo de solo e tipo de coberto vegetal, por forma a definir as zonas com necessidades especiais de proteção ao nível da conservação do solo.

Nestas zonas sensíveis à erosão, as alterações à gestão actual têm a ver com a compartimentação da floresta: em áreas de povoamentos sujeitos a corte raso (pinheiro bravo e eucalipto), o produtor não deve cortar no mesmo ano áreas superiores a 10 ha. O objetivo desta medida é reduzir a área exposta a fenómenos de erosão que normalmente acontece após remoção total da cobertura vegetal.

\*PAP (Perímetro à Altura do Peito)



# FLORESTAL DO GROU

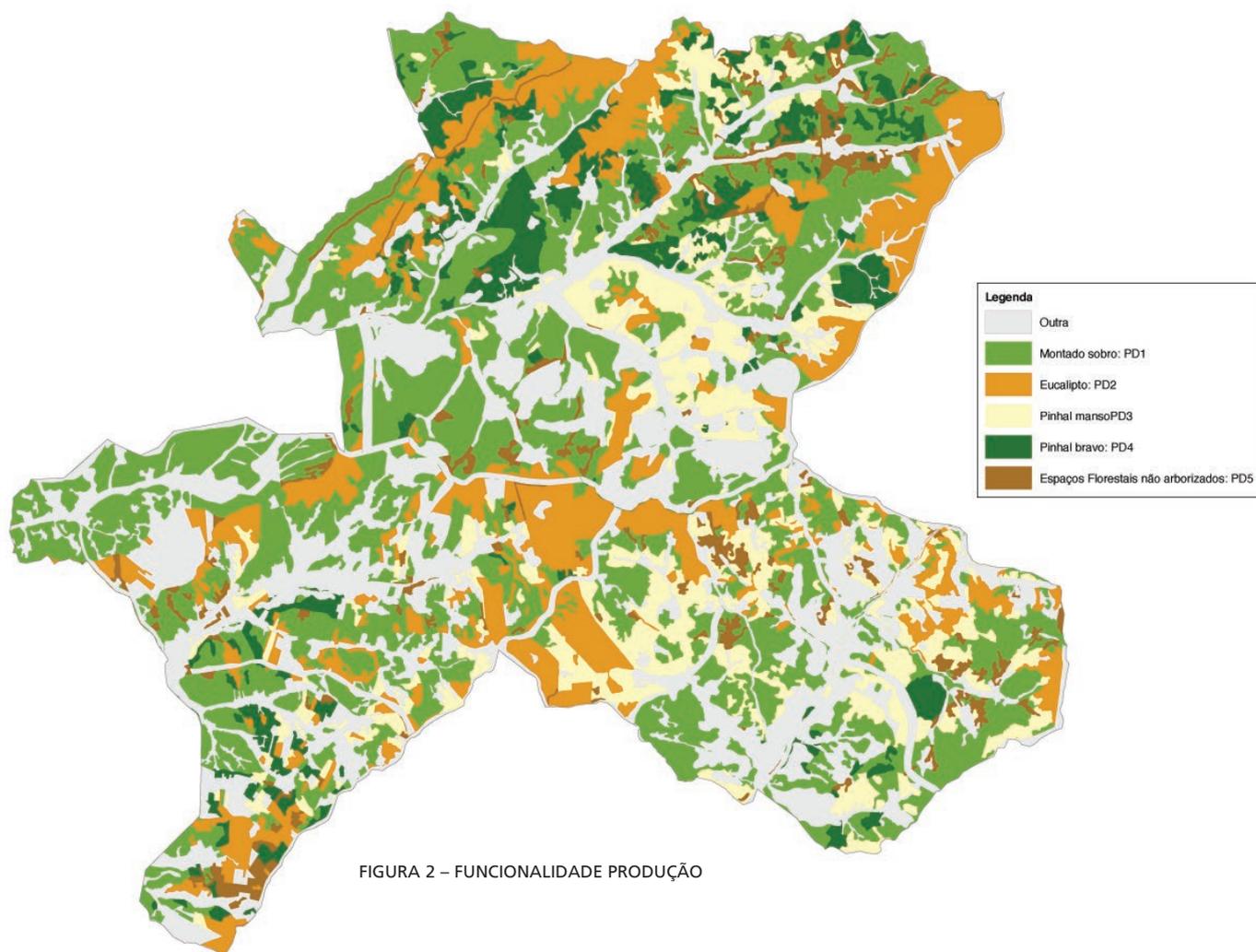


FIGURA 2 – FUNCIONALIDADE PRODUÇÃO



# PLANOS DE GESTÃO

## ZIF DA CHARNECA DA CALHA

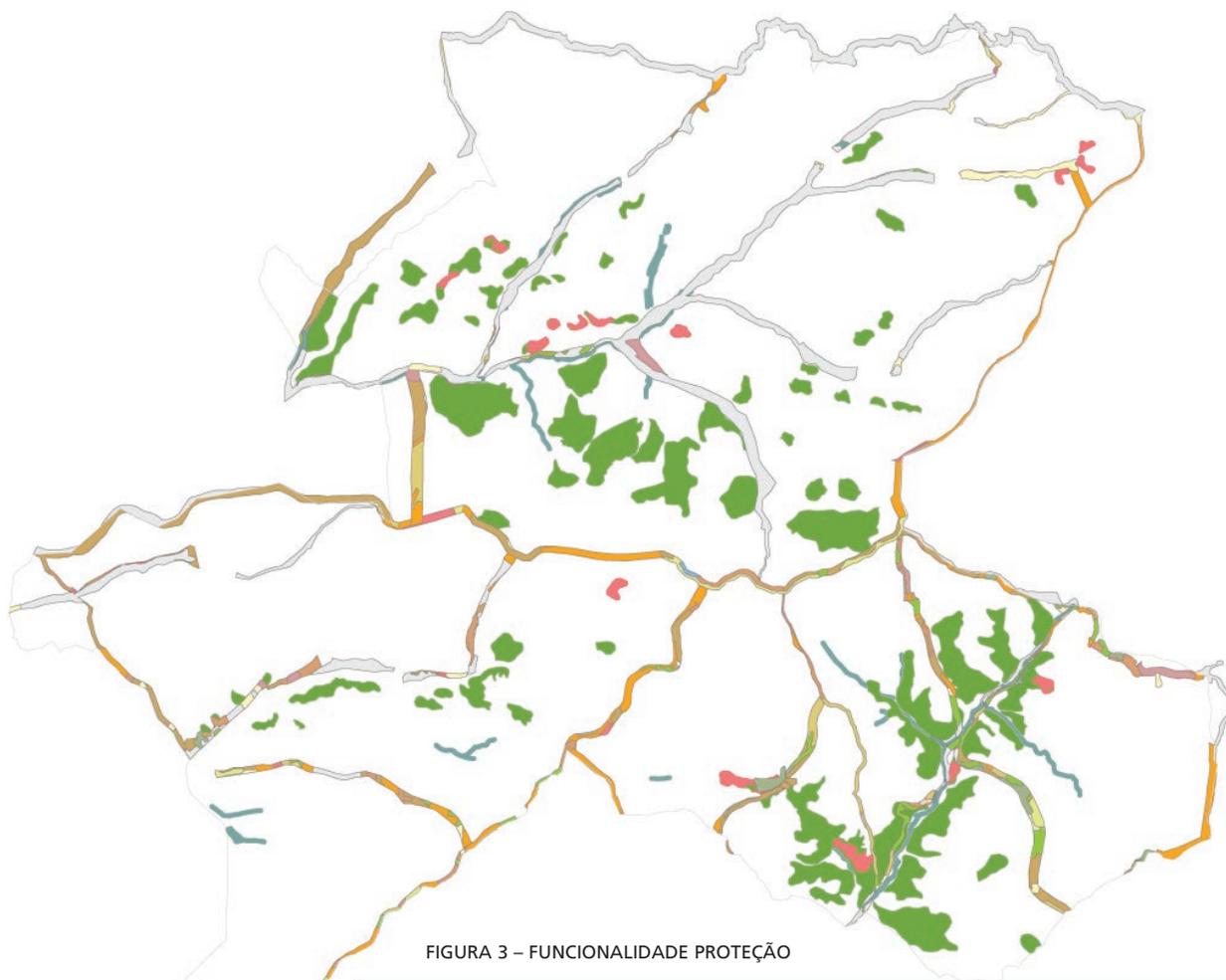


FIGURA 3 – FUNCIONALIDADE PROTEÇÃO

Legenda			
<b>Proteção /DFCI</b>			
I - Montado de Sobro	V - Pm	XI - Pm jovem	XVII - Espaços Florestais não Arborizados
II - SbxPmxPb	VI - PmxSb	XII - Sb jovem	Não florestal
III - Montado de Sobro Aberto	VII - PbxSb	XIV - PmxSb jovem	<b>Proteção/Erosão: PTE</b>
IV - Pb	IX - PmxPb	XV - GR	Estrato VI, VII e X: PTE1
	X - Ec	XVI - Azinheira	Florestal: PTE2
			Rede Hidrográfica: PTH1



# FLORESTAL DO GROU

## Propostas de Gestão

O quadro seguinte apresenta um resumo das propostas de gestão definidas para a área da ZIF a implementar pelo produtor florestal e/ou pela entidade gestora da ZIF.

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	LOCAIS	PRAZO
Melhorar a compartimentação do espaço florestal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação das faixas estratégicas de gestão de combustíveis (FEGC)</li> <li>• Promover a divisão de talhões contínuos monoespecíficos (pinheiro bravo e/ ou eucalipto) com área superior a 50ha</li> </ul>	Figura 3	Curto/ Médio Prazo
Promover medidas de conservação do solo e da água	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção das galerias ripícolas enquanto estruturas ecológicas de proteção da rede hidrográfica</li> <li>• Redução da intensidade de intervenção nas áreas identificadas como críticas relativamente à conservação do solo</li> </ul>	Figura 3	Curto/ Médio Prazo
Fomentar opções de gestão potenciadoras da regeneração natural de sobreiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o uso do corta mato</li> <li>• Manutenção de manchas de vegetação espontânea não intervencionada</li> <li>• Diminuição dos encabeçamentos bovinos</li> <li>• Instalação de protetores individuais de regeneração</li> <li>• Manutenção de áreas sem pastoreio</li> </ul>	Figura 2	Médio/ Longo Prazo
Reduzir a incidência do Nemátodo da Madeira do Pinheiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abate sistemático de todas as resinosas com sintomas do NMP</li> <li>• Recolha de amostras de lenho para validação da infeção com NMP</li> <li>• Destruição cuidada dos sobran-tes de exploração, quer em abates de árvores com sintomas, quer de árvores verdes</li> </ul>	Figura 2	Curto/ Médio Prazo
Recuperação do potencial produtivo dos eucaliptais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Substituição dos povoamentos no termo da explorabilidade por novos povoamentos da mesma espécie</li> <li>Manutenção de áreas sem pastoreio</li> </ul>	Figura 2	Curto/ Médio Prazo

O PGF esteve em consulta pública na sede da APFC entre 19 de Julho e 7 de Agosto, podendo a esta data o mesmo ser consultado pelos proprietários florestais inseridos na ZIF, na sede da APFC.





# CAMPANHA DE DA CORTIÇA NO

A campanha começou com reduzida quantidade de cortiça por vender na produção mas, numa situação até agora desconhecida, com a existência de algum stock de rolhável ao nível da indústria e procura em alta de delgado de boa qualidade e de granulados. Deu-se assim uma ligeira descida dos preços de mercado, causada pela existência de stock de rolhável, verificando-se no entanto uma ligeira subida das cortiças mais fracas devido à valorização dos granulados.

O balanço é feito com base nos seguintes dados:

- campanha de amostragem
- inquérito feito aos associados em Setembro de 2012

## CAMPANHA DE AMOSTRAGEM

A campanha de amostragem da Cortiça no Campo, a 20ª APFC, decorreu nos meses de Maio e Junho, tendo sido realizado um total de 48 amostras de qualidade da cortiça no campo. No decorrer do mês de Setembro, foram ainda solicitadas duas amostras, as quais devido às boas condições climáticas foi possível realizar.

Nº DE PROPRIEDADES AMOSTRADAS	44
Nº AMOSTRAS REALIZADAS (9 ANOS)	36
Nº AMOSTRAS REALIZADAS (8 ANOS)	12
QUANTIDADE DE CORTIÇA ESTIMADA (@)	419.432

Com base no total das amostras realizadas com 9 anos foram calculados os parâmetros (qualidade e calibre) da cortiça média de 2012.

CORTIÇA MÉDIA	%	VALOR DE MERCADO (€/KG)
Cortiça rolhável	29	3,97
Cortiça delgada	27	2,00
Cortiça de 6ª qualidade	14	1,03
Cortiça para granular (refugo)	30	0,60

Os preços utilizados para cálculo do valor de mercado das amostras de cortiça basearam-se em informações de diversos compradores e industriais do setor.

Durante a amostragem foram recolhidos vários dados florestais, que permitem fazer uma caracterização dos montados amostrados em relação a:

- Coeficiente de descortiçamento praticado. Esta avaliação é importante não só pelos motivos legais, mas também para ponderar alterações nas alturas de descortiçamento uma vez que podem condicionar o calibre da cortiça. Verifica-se que 72% dos sobreiros amostrados apresentam alturas de descortiçamento inferiores ao máximo previsto na legislação (gráfico 1).

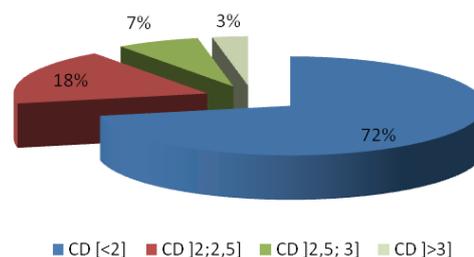


Gráfico 1: Coeficiente de Descortiçamento

- Análise da distribuição do perímetro à altura do peito (PAP) para a avaliação da distribuição etária do montado. Esta avaliação permite ponderar opções relativas à perpetuidade do povoamento. Da análise da distribuição dos sobreiros amostrados pelas diferentes classes de idade verifica-se que a maioria (62%) está em plena produção (gráfico 2).

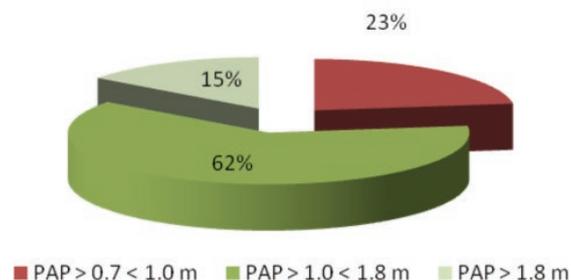


Gráfico 2: Distribuição etária

- Estado fitossanitário dos sobreiros e as opções de gestão para o manter/ melhorar. Os montados amostrados estão em bom estado fitossanitário uma vez que 93% dos sobreiros amostrados apresentam desfolha ligeira a média (gráfico 3).

# EXTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

## ANO 2012

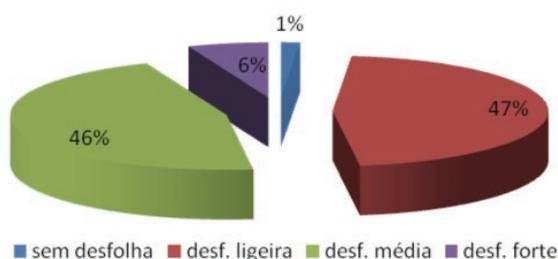


Gráfico 3: Estado fitossanitário

A cobrilha continua a ser o defeito mais desvalorizador das cortiças amostradas, 34% do total das calas colhidas apresentam cobrilha, aparecendo com valores um pouco preocupantes, principalmente nas cortiças mais delgadas, uma vez que impossibilita a sua utilização mais nobre – a produção de discos de cortiça natural. A APFC encontra-se atualmente a testar armadilhas para captura da cobrilha, mas os resultados obtidos são ainda muito preliminares e com poucas capturas, carecendo de validação na próxima campanha de descorticação em 2013.

### INQUÉRITO AOS ASSOCIADOS

A dimensão potencial da campanha de extração de 2012 era de 6-7 milhões @, inferior aos 8-9 milhões @ extraídos em 2011 por via dos atrasos de extração de cortiça ocorridos nas campanhas de 2009 e 2010.

Com base no resultado do inquérito telefónico feito aos associados no final de Setembro, verificou-se que foram extraídas cerca de 421.315 @, das quais 10% se encontram ainda por vender. De salientar que 38% das vendas foi feita em Abril e Maio, 58% em Junho e Julho e 4% em Agosto e Setembro.

Cerca de 100.047 @ não foram extraídas por opção dos produtores, que aguardam por melhores condições de mercado.

Campanha de 2012	Quantidade (@)
Extração potencial na região	600.000 - 700.000@
Extração realizada	421.315@
Cortiça extraída vendida até 30/09/2012	376.715@
Cortiça extraída por vender até 30/09/2012	44.600@
Cortiça não extraída	100.047@

Dos inquéritos realizados ao nível da UNAC – União da Floresta Mediterrânica, e que incluem as transações de cortiça de outras organizações de produtores florestais filiadas, o valor médio de transação foi de 25,1 €/@, com um valor máximo de 35,5 €/@ e um mínimo de 12 €/@, o que traduz o acentuar da diferenciação do mercado entre as cortiças de melhor e pior qualidade, conforme se vem já verificando em anos anteriores. O custo médio da extração foi de 4,15 €/@, com um máximo de 5,25€/@ e um mínimo de 3,10 €/@.

Como já tem vindo a ser hábito, as cortiças provenientes de explorações que praticam uma Gestão Florestal Responsável, certificada pelo FSC, através do Grupo APFCertifica têm uma garantia de comercialização, tendo todas as partidas certificadas sido vendidas até Julho.

É cada vez mais importante, que os produtores conheçam as cortiças que têm para vender devido à diferenciação cada vez mais acentuada do mercado entre as cortiças de melhor e pior qualidade. Extrair a cortiça sem ter a sua venda garantida é um risco em que não devemos voltar a cair, é nesta situação que a diferença de poder negocial e o peso da cada vez maior concentração do lado da procura se faz sentir de modo mais evidente.

MRT



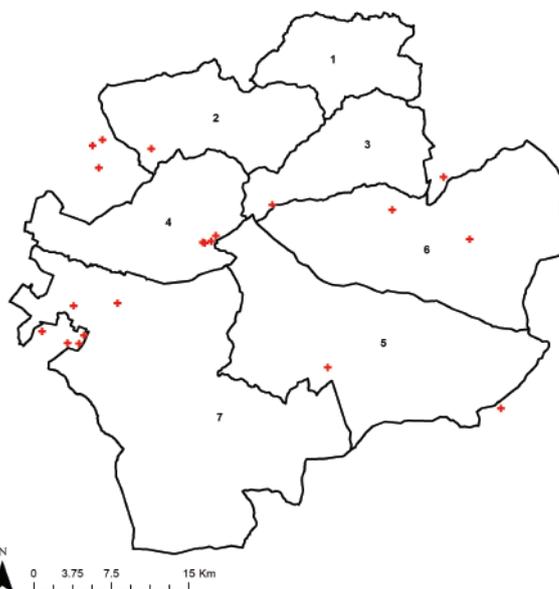
# CAMPAÑA DOS FOGOS - ANO DE 2012

No passado dia 30 de Setembro terminou mais uma campanha do Plano Operacional de Prevenção (POP) dos fogos florestais da APFC, cujo funcionamento se manteve numa área de abrangência de 173.381 ha, no concelho de Coruche e parte dos concelhos limítrofes, divididos em 7 zonas de intervenção com ação de 5 Equipas de Primeira Intervenção (EPI).

são com elevado número de proprietários. Em termos de funcionamento as 5 EPI trabalharam durante 104 dias, em dois turnos entre as 11h00-19h00 e as 12h00-20h00, durante os sete dias da semana com estacionamento diário nos Locais Estratégicos de Estacionamento das 14h30-17h30.



Localização das ocorrências por zona do Plano Operacional de Prevenção



A campanha não começou da melhor maneira, com o alerta no dia 22 de Junho pelas 18h por parte do Centro Distrital de Operações de Socorro para nos dirigirmos para a Glória do Ribatejo onde havia necessidade de combater um incêndio de grandes proporções. Na realidade foi o que aconteceu, arderam 71,77 ha de eucalipto numa das zonas consideradas mais críticas do POP, a zona 2, que apresenta condições de propagação de incêndios extremas, devido aos ventos predominantes do quadrante Norte, à ocupação do solo onde predomina a monocultura do eucalipto, ao difícil acesso em termos de caminhos e à composição mista de zonas geridas e não geridas, e onde predomina um regime de propriedade de menor dimen-

Durante a campanha foram registadas apenas 25 ocorrências que correspondem a um total de 218,75 ha de área ardida. Também foram observadas um total de 48 queimadas onde as EPI estiveram presentes e sensibilizaram os intervenientes para a extinção das mesmas uma vez que esta atividade está interdita durante o período crítico.

Em termos de número de ocorrências e área ardida, a Zona 4 é a que regista maior número de ocorrências (22 ocorrências), mas não é a que tem maior área ardida (0,92ha), verificando-se uma situação inversa na Zona 2 que apresenta apenas uma ocorrência e 71,77 ha de área ardida.

O ano de 2012 foi o 9º ano de atividade das EPI e da análise comparativa com o ano de arranque podemos concluir que a tendência foi para uma diminuição da área ardida e um aumento do número de intervenções por parte das EPI.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TENDÊNCIA
Nº OCORRÊNCIAS	54	40	35	29	23	47	57	28	25	+
Nº INTERVENÇÕES	82	55	42	47	28	53	68	61	52	-
ÁREA ARDIDA	508	190	186	108	25	23,36	54,8	50,06	218,8	-
ZONA COM MAIOR Nº DE OCORRÊNCIAS	4	4	2	4	4	4	4	4	4	
ZONA COM MAIS ÁREA ARDIDA (DENTRO DA ÁREA DO POP)	2 (207,8ha)	2 (70,72ha)	4 (37,14ha)	4 (56,94ha)	4 (11,32ha)	4 (11,6ha)	5 (33,34ha)	5 (23,69ha)	2 (71,77ha)	
% DETEÇÕES PELAS EQUIPAS	70	52	43	34	61	13	35	21		-

MRT

# DE VOLTA À RESINAGEM

O pinheiro bravo está na Península Ibérica há mais de 30 000 anos, sendo uma das nossas espécies florestais mais importantes e que ocupa uma boa fatia do nosso território. Numa altura em que tanto se fala da gestão florestal responsável e sustentável, é importante conhecer os vários produtos que podem ser explorados nas nossas florestas para que os povoamentos sejam geridos obtendo o máximo rendimento com o mínimo desperdício.

Actualmente, vive-se um período crítico para os pinhais, contudo não podemos esquecer da sua existência, e devemos lutar para melhorar o seu estado fitossanitário e protegê-los dos incêndios florestais que todos os anos nos retiram mais



um pedacinho da sua beleza. Pragas e incêndios à parte, há que cuidar e explorar o melhor que conseguirmos, os recursos que a Mãe Natureza tão gentilmente nos cede.

É verdade, que de um pinhal podemos retirar madeira (o seu mais nobre produto), mas também podemos geri-lo e explorá-lo de forma sustentável, voltando ao passado e recuperando as práticas que os nossos pais e avós utilizavam, sendo exemplo disso a resinagem.

Ao longo dos anos, e em parte culpa do avanço tecnológico, com a descoberta de produtos sintéticos capazes de substituir a nossa matéria-prima – a resina – e também pela invasão dos mercados pelos

produtos do oriente, a prática da resinagem foi sendo colocada de lado. Também a imagem de que as feridas produzidas na árvore, diminuem o rendimento em fábrica dos toros para produção de tábuas, barrotes e paletes, ajudou a que os produtores florestais rejeitassem tal procedimento.

A resinagem pode ser realizada por dois métodos:

- resinagem à morte
- resinagem à vida

A escolha do método pode ter por base o tipo e dimensão da exploração, sendo a primeira mais indicada para matas ordenadas e de grande dimensão, ocorrendo apenas nos últimos 4 anos que antecedem o corte final do povoamento e que carece de autorização por parte da Autoridade Florestal Nacional (AFN). A resinagem à vida, é mais apropriada para propriedades de reduzida dimensão, ou mesmo para povoamentos em que o pinheiro bravo não é a espécie principal, surgindo neste caso como um bom complemento e uma fonte de rendimento extra.

Mas pode-se colocar a questão: “Vale a pena produzir resina?”, a bibliografia refere uma produção média para o território nacional de cerca de 2 a 2,5kg de resina por ferida por ano. Ainda que este seja, um valor confortável e aliciante, o produtor florestal poderá ficar reticente quanto ao rendimento da madeira de árvores resinadas, quando chegam à serração. Sabe-se que a madeira que dá origem a toros para produção de tábuas e barrotes é mais valorizada que a madeira cujo destino é a produção de paletes ou mesmo a trituração.

Em 2003, no Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia em colaboração com uma serração foram determinados os desperdícios de duas linhas de laboração, e foram utilizados

toros provenientes de árvores resinadas e de árvores não resinadas. Chegou-se à conclusão que o rendimento global obtido em produtos serrados, provenientes de toros para produção de tábuas e barrotes (para a construção civil) e de tábuas para produção de paletes, era de 44%



(Knapic, 2003). Com esse estudo foi ainda possível determinar que as feridas de resinagem dão origem a uma perda de rendimento médio de 2,5% face a toros provenientes de árvores não resinadas.

Considerando estes valores, será seguro afirmar que o produtor florestal que opte por resinar os seus pinheiros, terá um rendimento anual extra, que com a atual situação dos mercados, pode chegar aos 0,70€/kg.

Sofia Ramos





# O CÓDIGO

A legislação em Portugal é um intrincado abusivo de leis, decretos e portarias, das quais se espera que o cidadão deva ser conhecedor de modo a não incorrer em ilegalidades.

Infelizmente o sector florestal não é aqui excepção. A legislação actualmente em vigor inclui leis datadas desde 1937 como a que aprova o plano de arborização de serras e dunas, e a construção de estradas e caminhos florestais. Não sendo isto suficientemente caricato, se tivermos em

consulta promovido pela Autoridade Florestal Nacional (AFN) entre as organizações de produtores florestais, e que envolveu proprietários, técnicos, dirigentes associativos e juristas.

Este Código Florestal sintetizava toda a legislação relevante ao sector florestal produtivo, e finalmente revogava um conjunto vasto de leis e decretos, cinquenta no total, alguns dos quais já sem aplicabilidade prática aos dias de hoje. Adicionalmente, considerava novas possibilidades

na gestão das áreas florestais como a conversão de povoamentos de sobreiro com produtividade suberícola muito baixa.

Após entrada em vigor do DL n.º 254/2009 relativo ao Código Florestal, o mesmo foi suspenso por um ano, até Dezembro de 2010, aparentemente para preparação dos diversos manuais e normas técnicas para o qual o Decreto-Lei nos remetia, e que eram inexistentes na data de entrada em vigor do Código. Estavam em questão Manuais de Práticas de Silvicultura, Manuais de Boas Práticas na recuperação de áreas ardidas, normas técnicas associadas à gestão dos povoamentos florestais, normas técnicas de marcação territorial dos espaços florestais submetidos a Regime Florestal, entre outras.

Em resumo, abolia legislação mas incluía uma dezena de normas internas que iriam sair em Portaria, ou seriam divulgadas no site da AFN.

Passado um ano, foi novamente prorrogada por mais um ano a entrada em vigor do Código Florestal, com a justificação de que tinham sido recebidas inúmeras propostas de alteração ao decreto lei, que justificavam a sua revisão.

conta as diversas alterações sociais, políticas e científicas que se verificaram desde a década de 30 do século passado, acresce ainda a isto a odisseia do Código Florestal, desconheço se inédita no panorama legislativo nacional. Em 24 de Setembro de 2009 é finalmente aprovado o Código Florestal Nacional após um extenso processo de

Finalmente em Novembro de 2011, o Código Florestal entrava em vigor, sem que uma vírgula tivesse sido alterada, ou novos processos de consulta e revisão encetados.



# FLORESTAL

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	DATA	DATAS PREVISTAS DE ENTRADA EM VIGOR DO CÓDIGO
Lei n.º 36/2009	Autoriza o governo a aprovar o Código Florestal	20 de Julho de 2009	
Decreto-Lei n.º 254/2009	Aprova o código florestal	24 de Setembro de 2009	23.12.2009 (prorrogada)
Declaração de rectificação n.º 88/2009	Altera a norma revogatória do DL n.º 254/2009	23 de Novembro de 2009	23.12.2009 (prorrogada)
Lei n.º 116/2009	Prorroga por 360 dias a entrada em vigor do Código Florestal	23 de Novembro de 2009	17.12.2010 (prorrogada)
Lei n.º 1/2011	Prorroga por 365 dias a entrada em vigor do Código Florestal	14 de Janeiro de 2011	14.01.2012 (prorrogada)
Lei n.º 12/2012	Revogação do Código Florestal	13 de Março de 2012	Revogado

A revogação completa chegou a 13 de Março de 2012, e espantemo-nos, repõe todo o quadro legislativo anterior ao decreto-lei n.º 254/2009 de aprovação do Código Florestal e reporta a produção de efeitos à mesma data.

A dúvida que permanece reporta aos efeitos produzidos pelo Código Florestal entre 16 de Novembro de 2011 e 13 de Março de 2012. Pode uma lei ter efeitos retroactivos e anular todos os efeitos produzidos?

Como se deverão posicionar produtores, técnicos e responsáveis dos serviços do Estado na análise dos actos administrativos que ocorreram na vigência do código, por exemplo aos Planos de Gestão Florestal entregues? Aos desbastes de sobreiro realizados neste período que careciam apenas de comunicação prévia à AFN caso estivessem aprovados no PGF? Às re-arborizações por exemplo com espécies de crescimento rápido realizadas neste período as quais também careciam apenas de comunicação prévia, desde que previstas no PGF aprovado? E quando estas situações colidem com intervenções do SEPNA, no período de vigência do Código Florestal?

Apesar de tudo, podemos congratular-nos com as actuais iniciativas da ex-AFN para revisão da legislação florestal, nomeadamente ao nível da (re)arborização, ou da lei de protecção dos montados. Fica porém a mágoa de se perder a oportunidade de ter uma fatia considerável de legislação de prateleira, que ficava revogada e que infelizmente se mantém em vigor....

CSS



# SANIDADE FLORESTAL

## Nemátodo da Madeira do Pinheiro

(*Bursaphelenicus xylophilus*)

Está concluído o projecto da APFC submetido em 2009, no âmbito da medida 2.3.3.3 do Proder para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro.

Orçamentado em 187.421 €, este projecto permitiu prospectar e marcar entre 2011/12, 11.608 pinheiros sintomáticos dos quais 7360 foram erradicados pela APFC e os restantes pelos proprietários. O projecto abrangeu 64.912ha de área associada localizada no concelho de Coruche e Limitófes.

FASE I PROSPECÇÃO
1º SEMESTRE 2011
8032 PINHEIROS SINTOMÁTICOS
+ 9% PINHEIROS SINTOMÁTICOS
FASE II ERRADICAÇÃO E PROSPECÇÃO
2º SEMESTRE 2011/ 2012
3576 NOVOS PINHEIROS
+ 58% PINHEIROS SINTOMÁTICOS

Até ao final de Julho de 2012, e em áreas seleccionadas pela ex-AFN, a APFC realizou a prospecção de 40.000 ha adicionais, com marcação das árvores sintomáticas. A erradicação destas árvores encontra-se prevista para o último trimestre de 2012.

Encontra-se novamente aberto o período para submissão de pedidos de apoio no âmbito desta medida, estando a APFC a equacionar a possibilidade de elaboração de candidaturas no âmbito das Zonas de Intervenção Florestal, o que permitiria não só abranger as áreas associadas, mas também as restantes propriedades, garantindo assim uma maior eficácia no controlo desta praga.

## Cobrilha da Cortiça (*Coroebus undatus*)

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento da presença de cobrilha nas amostras de cortiça realizadas pela APFC, sem que se consigam estabelecer relações directas com o uso do solo, pastoreio, estrutura etária do montado, etc. Este problema é essencialmente comercial, uma vez que a cobrilha da cortiça não coloca em causa a sobrevivência do sobreiro.

Porém, ao nível comercial, é uma praga extremamente penalizadora do valor de mercado das cortiças.

Com base em trabalhos desenvolvidos pelo IPROCOR, o qual em consórcio com outras entidades espanholas conseguiram encontrar uma armadilha cromotrópica com um atraente volátil que captura fêmeas adultas de cobrilha, foi possível iniciar em Portugal o teste destas armadilhas para determinar a sua eficácia em termos das populações de cobrilha.

Sendo o período previsto de emergência dos insectos adultos entre Junho e Agosto, a APFC em colaboração com a UNAC e o INRB – Instituto Nacional de Recursos Biológicos, instalou:

- armadilhas de rede para captura de insectos vivos para uso posterior em testes de voo.
- armadilhas cromotrópicas

para captura de fêmeas de cobrilha e avaliação da eficácia sobre as populações deste insecto;



As armadilhas foram monitorizadas semanalmente por pessoal da APFC, e os resultados obtidos serão oportunamente divulgados entre os nossos associados.

Reiteramos que estas armadilhas ainda estão em fase de teste, e que não existem resultados sobre a eficácia das mesmas.

## *Leptoglossus occidentalis*

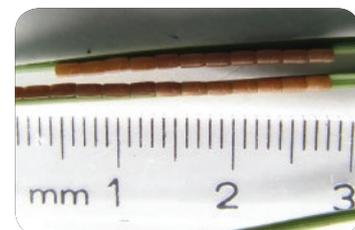
No seguimento da detecção desta praga em Portugal no final do ano passado, foi elaborado um programa de monitorização desta e das outras pragas do pinheiro manso, para avaliação dos reais impactos sobre a produção e estudo de meios de controlo.

Dada a ausência de sinais visíveis desta praga sobre as pinhas, temos vindo a monitorizar a presença de *Leptoglossus occidentalis* em pinheiro manso, uma vez que nesta fase dos trabalhos do INRB é essencial a captura de insectos adultos para perceber como se processa a selecção dos pinheiros e das pinhas, os fenómenos de atracção dos insectos, para teste posteriores de armadilhas e feromonas.

Assim sendo, solicitamos a todos os associados que alertem a APFC caso detectem os insectos abaixo nas v./ explorações.

A captura dos mesmos deve ser realizada para recipientes plásticos perfurados e mantidos em local fresco até a recolha dos mesmos pela APFC ou o INRB.

Deixamos igualmente fotos de posturas, as quais podem ser observadas sobre as agulhas do pinheiro manso.





## 4ª auditoria de certificação

Ficou concluída em 11 de Maio a 4ª auditoria externa ao Grupo APFCertifica, actualmente com mais de 30.000 ha certificados. Foram auditados 9 membros e 10 propriedades, entre os mais antigos e os mais recentes, de acordo com uma amostragem em função das áreas das propriedades certificadas.

Mais uma vez ficou demonstrada a correcta gestão técnica e ambiental das propriedades certificadas, quer pelas visitas, como pelas conversas com os gestores florestais.

Maioras melhorias serão necessárias ao nível social, nas questões relacionadas com a verificação do cumprimento das obrigações sociais nos prestadores de serviços, da formação profissional em contexto de trabalho, e da exigência e manutenção dos equipamentos mínimos de Segurança no Trabalho, como são as caixas de primeiros socorros e os extintores.

A auditoria de revalidação do certificado FSC do Grupo APFCertifica decorrerá no início de 2013, provavelmente durante a apanha da pinha, e até lá trabalharemos para a simplificação de procedimentos e registos, e para a defesa de que as melhores evidências para os auditores estão na gestão das propriedades certificadas para além dos registos que são implementados.

## Formação Profissional

A APFC está a organizar dois cursos de formação profissional modular, com a duração de 25 e 50h. O primeiro é dedicado às Podas e Desramações, é realizado em horário laboral e contexto prático, e tem data prevista para o mês de Novembro (25h).

O tema do segundo curso é o Descortiçamento (50h) estando agendado para Junho de 2013.

Já se encontram abertas as inscrições gratuitas para estes cursos, que têm como requisitos: idade superior a 18 anos e um número mínimo de 15 inscrições.



## Mudar de Vida

Recebemos em Coruche o programa da RTP "Mudar de Vida" dedicado à extração de cortiça. A jornalista Rosário Salgueiro acompanhou durante 1 semana um rancho de tiradores na Herdade da Redonda e dá a conhecer todas as facetas deste trabalho rural.

A reportagem pode ser visualizada no link <http://www.rtp.pt/programa/tv/p28064/c94305>

## Materiais florestais de reprodução – Bolota

Durante os meses de Novembro e Dezembro a APFC procederá à colheita de bolota em povoamentos certificados pelo Catálogo Nacional de Materiais de Base, os quais apresentam cortiça de boa qualidade e calibre.

A bolota apanhada é escolhida e calibrada sendo conservada no frio até à sua utilização. Caso esteja interessado em adquirir bolota para sementeira na região de Coruche, contate a APFC para fazer a sua encomenda.



## Norma Nacional FSC Aprovada!

Num processo iniciado em 2007, e que contou com a participação pública de diversas entidades, finalmente encontra-se aprovada a Norma Nacional do Forest Stewardship Council (FSC) com efeitos a partir de Janeiro de 2013.

Até esta data cada entidade acreditada em Portugal para a Certificação da Gestão Florestal Responsável utilizava a sua norma própria, já acreditada pelo FSC para uso internacional. Embora estas normas mantivessem os mesmos Princípios e Critérios da norma internacional do FSC, os indicadores diferiam entre elas. A partir de Janeiro de 2013, todas as entidades acreditadas terão de utilizar a norma nacional, existindo um período de 1 ano de adaptação a esta norma para revisão da documentação existente ao nível dos diversos certificados já emitidos.



# LEGISLAÇÃO DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO

No passado dia 25 de Junho a APFC subscreveu a proposta conjunta de diversas entidades de alteração da legislação relativa à arborização e rearborização.

Esta proposta visa desburocratizar os procedimentos associados à arborização e rearborização de áreas florestais, os quais têm sido maioritariamente aplicados às espécies de crescimento rápido.

De acordo com a ex - Autoridade Florestal Nacional, e a proposta disponível em consulta pública, a revisão do regime legal associado aos projectos de arborização e rearborização, tem subjacente os seguintes princípios:

- Simplificar e actualizar o quadro legislativo, através de um único diploma normativo para estas acções;
- Eliminar os regimes que não demonstrem interesse para a salvaguarda dos interesses públicos associados ao ordenamento florestal e do território e à conservação dos ecossistemas e da paisagem;
- Reforçar a componente de acompanhamento e fiscalização da execução das intervenções florestais em detrimento do simples controlo administrativo prévio;
- Ajustar as atribuições dos diferentes agentes públicos em função das suas vocações, da capacidade técnica e da nova orgânica do MAMAOT;
- Diminuir os tempos e custos associados aos procedimentos administrativos e aumentar a transparência dos procedimentos de decisão.

A proposta em discussão estabelece o limite máximo de 30 dias para o procedimento administrativo, o qual essencialmente se traduz em duas opções:

1) Exigência de autorização apenas para os casos de acções de (re) arborização que se revistam de maior complexidade técnica ou potencial impacte nos recursos florestais ou na paisagem:

- No caso de novas arborizações é adoptado um limiar de 5 ha, considerado adequado à diversidade de realidades territoriais;
- No caso de rearborizações adopta-se uma abordagem diferenciada consoante se procede ou não à alteração da composição dos povoamentos, com um limiar de 10 ha sempre que haja modificação dessa composição;

- Em todas as acções de (re)arborização na Rede Nacional de Áreas Protegidas;

2) Comunicação prévia em todos os restantes casos



A actual proposta contou com o público desacordo de organizações não governamentais como a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) ou a Quercus, demonstrando preocupação com o aumento do risco de incêndio, a degradação da paisagem e a perda de áreas naturais de conservação.

# DIVULGAÇÃO ACÇÕES DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

## PARTICIPÁMOS COMO ORADORES NAS SEGUINTE ACÇÕES,

TEMA	ORGANIZAÇÃO
Comemorações do Dia da Árvore	Escola primária da Fajarda
Aula de silvicultura III	Departamento de Engenharia Florestal do ISA
Plataforma de transacção de cortiça e regras de comercialização	UNAC
Pinheiro Manso - Realidades e Perspectivas - Dificuldade e valia Económica do Sector	APFRA - Associação dos Produtores Florestais da Região de Alcobça
Pinheiro Manso - Realidades e Perspectivas - Desafios na Produção de Pinha	OFA - Organização Florestal Atlantis - Associação para Desenvolvimento Florestal

## PARTICIPÁMOS AS SEGUINTE REUNIÕES / WORKSHOPS,

TEMA	ORGANIZAÇÃO
Sequestro de Carbono por Alteração de Métodos de Controlo de Vegetação Espontânea	Terraprima/UNAC
Campo Seguro	GNR
O modelo SUBER como ferramenta de apoio à gestão do montado de sobre em Portugal	ISA/Câmara Municipal de Coruche
Flora, Fauna e Habitats com estatuto de protecção em Portugal Continental	Altri Florestal
Reuniões da iniciativa nacional FSC	FSC
Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra incêndios	DGADR, DRAPCentro, AFN, RAIZ, ALTRI, INRB
Gonipterus platensis	QUERCUS
A certificação da gestão florestal FSC em montado de sobre	ICNF
"Regime de Arborização e Rearborização: diferentes perspetivas"	Comissão Municipal DFCI de Ponte de Sor Comissão Municipal de DFCI de Montemor-o-Novo
Apresentação e aprovação do PEIF do Divor	UNAC
Apresentação e aprovação do PEIF do Baixo Sorraia	ANPC - Autoridade Nacional de Protecção Civil
Programa de Valorização da Fileira da Pinha /Pinhão	Ex- ARH Tejo
Participação mensal no Briefing Técnico Operacional Distrital - Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém	
Estudo-Piloto de Participação Pública na Sub-bacia do Sorraia	

## ORGANIZÁMOS AS SEGUINTE REUNIÕES / WORKSHOPS

TEMA	ORGANIZAÇÃO
ZIF das Ribeiras da Lamarosa e Magos	APFC/Junta de Freguesia da Glória do Ribatejo
Curso de primeiros socorros	Búzios/ APFC
Operações florestais de Primavera/ Verão: descortiçamento	APFC
Assembleias Gerais de Aderentes ZIF	APFC
Plano Operacional de Prevenção - Campanha de 2012	APFC
Briefing Técnico Operacional Distrital - Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém	ANPC - Autoridade Nacional de Protecção Civil e APFC

## RECEBEMOS AS SEGUINTE VISITAS

TEMA	ORGANIZAÇÃO
Fábrica Amorim e Irmão, Coruche	Amorim e Irmão / APFC
Universidade Aberta	Amorim e Irmão / APFC
Fábrica Laffite - Paços Brandão	Laffite cork Portugal / APFC
Fabrica Socori - Rio Meão	Socori / APFC
Visita profissional finlandesa ao montado de sobre	UNAC
Visita profissional da International Wood Culture Society	APCOR
Visita profissional da International Union of Forest Research Organizations	IUFRO
Visita profissional da RTP - Programa Mudar de Vida	RTP, APFC
Visita Técnica do Cincork	Centro de Formação Profissional de indústria da cortiça
Presidente da Indian Wine Academy . Cav. Subhash Arora	Intercork

## SEMINÁRIOS

TEMA	ORGANIZAÇÃO
Viveiros Florestais, desafios e oportunidades	ANEFA
"Sobreiro e Cortiça - Uma fileira com futuro"	APFC / FICOR



# PREÇOS DE PRODUTOS FLORESTAIS

## PRODUTOS NÃO LENHOSOS

CORTIÇA	TIPO	PREÇO	BARÓMETRO
Preços à porta da Fábrica (Fardos)	Rolhável	3,97€/kg	Preços do mercado inter-industrial do 4º trimestre de 2012
	Delgada	2,00€/kg	
	6 <sup>as</sup> para granular	1,03€/kg	
	Refugo	0,60€/kg	

Prémio à cortiça certificada + 0,50 €/€

CORTIÇA	Preços no Mato (Pilha)	BARÓMETRO
		Extração global inferior ao previsto com adiamento de algumas tiradas para a próxima campanha.

PINHA	PREÇO	BARÓMETRO
Pinha Colhida	1,00 – 1,20 €/Kg	Campanha a iniciar-se num patamar de preços superior a 2011, perspetivando-se um ano de muito reduzida produção de pinha. Preço em alta, podendo mesmo fixar-se acima dos valores apresentados.

Prémio à madeira de Eucalipto certificada + 4 €/m<sup>3</sup>

## MADEIRAS E LENHAS

MADEIRA DE EUCALIPTO	PREÇO	PREÇO	BARÓMETRO	
Em pé	23 - 30€/m <sup>3</sup>	25 - 29€/ton	Mantém-se elevada procura para a madeira certificada.	
À porta da fábrica (Setúbal)	Com casca	43€/m <sup>3</sup>		39€/ton
	Sem casca	43-50€/m <sup>3</sup>		46€/ton

Prémio à madeira de Pinheiro bravo certificada + 4 €/m<sup>3</sup>

MADEIRA DE PINHEIRO BRAVO	PREÇO FÁBRICA	PREÇO EM PÉ	BARÓMETRO
Faxina (diâmetro 4 a 14 cm)	25 - 27€/ ton	10 - 12€/ton	Madeira de rolaria estabilizada. Interesse por madeiras certificadas.
Rolaria (diâmetro > 14 cm)	40€/ ton	25 - 27€/ton	
Postes para tratar (>5m)	65 - 70€/ ton	45 - 50€/ton	
Varas para tratar (<5m)	65€/ ton	25 - 30€/ton	

LENHAS	PREÇO	
Sobreiro	Em pé	20€/ton
	Sem falca	30€/ton
Pinheiro Manso	Em parque	25 - 27€/ton
	Em pé /no campo	10 - 12€/ton
Biomassa	Em pilha	5 - 6€/ton
	Na fábrica	22 - 27€/ton

